



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=tUg8RbSWUNzdtR3jIrew20&chave2=biVYHkOtZXwAGXckI4PdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 12449717404-ADILSON JOSE DE MORAIS | 75006677449-FELIPE SAMPAIO PADILHA | 12454494434-GILSENOU LUIZ DE OLIVEIRA

ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO Nº 12 DA SOCIEDADE LIMITADA

"CONSTRUHINDO LTDA - EPP"

"CNPJ/MF Nº 03.780.670/0001-66 NIRE 26201226601"

No presente instrumento particular de alteração e consolidação do contrato social da sociedade limitada, entre si justas e contratadas, são:

PARTES

ADILSON JOSÉ DE MORAIS, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, empresário, nascido em 08/08/1957, portador da cédula de identidade nº 1.378.011 SSP – PE, CPF nº 124.497.174-04, residente na Rua Jornalista Edmundo Bittencourt, nº 75, apto. 22, BL – B, Boa Vista, Recife – PE, CEP: 50.070-605.

GILSENOU LUIZ DE OLIVEIRA, brasileiro, divorciado, empresário, nascido em 28/01/1956, portador da cédula de identidade nº 1.607.353 SSP-PE, CPF nº 124.544.944-34, residente na Rua Arlindo Gouveia, nº 145, apto. 1302-A, Madalena, Recife – PE, CEP: 50.720-595.

FELIPE SAMPAIO PADILHA, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, nascido em 28/08/1971, empresário, portador da cédula de identidade nº 3.285.903 SSP/PE e inscrito no CPF nº 750.066.774.49, residente na Rua Vitoriano Palhares nº 194, apto.1003, Torre, Recife – PE, CEP: 50.710-190.

Sócios da sociedade limitada de nome empresarial **CONSTRUHINDO LTDA - EPP**, legalmente por contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de Pernambuco, sob o NIRE nº 26201226601 26201226601, com sede na Estrada dos Remédios, 1341, 1º andar, Afogados, Recife – PE, CEP: 50.750-360, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o CNPJ nº 03.780.670/0001-66, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

Das Alterações

CLÁUSULA 01 – Do Objeto Social

01.01. O objeto social da sociedade será a Perfuração e construção de poços de água (CNAE 43.99-1/05), Obras de alvenaria (CNAE 43.99-1/03), Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente, tais como: serviço de execução e benfeitoria em loteamentos (CNAE 42.99-5/99), Serviços especializados para construção não especificados anteriormente, tais como: concretagem de lajes, colunas e vigas (CNAE 43.99-1/99), Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita (CNAE 0161-0/03), Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente (CNAE 0161-0/99), Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente (CNAE 4319-3/00), Construção de barragens e

05/08/2024



Certifico o Registro em 05/08/2024

Arquivamento 20248675877 de 05/08/2024 Protocolo 248675877 de 02/08/2024 NIRE 26201226601

Nome da empresa CONSTRUHINDO LTDA EPP

Este documento pode ser verificado em <http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 63568212924843



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=tUg8BSWUNzdtR3jIrew20&chave2=biYvHKotZXwAGxckI4PdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 12449717404-ADILSON JOSE DE MORAIS | 75006677449-FELIPE SAMPAIO PADILHA | 12454494434-GILSON LUIZ DE OLIVEIRA

represas para geração de energia elétrica (CNAE 42.21-9/01), Captação, tratamento e distribuição de água (CNAE 36.00-6/01), obras de terraplanagem (CNAE 43.13-4/00), construção de edifícios (CNAE 41.20-4/00), obras de urbanização ruas, praças e calçadas (CNAE 42.13-8/00), construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas (CNAE 42.22-7/01), obras de irrigação (CNAE 42.22-7/02), instalação e manutenção elétrica (CNAE 43.21-5/00), instalações hidráulicas, sanitárias e de gás (CNAE 43.22-3/01), serviços de engenharia (CNAE 71.12-0/00), serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03), aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador, exceto andaimes (CNAE 77.32-2/01), locação de mão de obra temporária (CNAE 78.20-5/00).

DA CONSOLIDAÇÃO

Em decorrência das alterações, resolvem os sócios quotistas consolidar as disposições do contrato social, alterando e renumerando suas cláusulas, que passam a vigorar em sua inteireza com a redação abaixo, revogadas todas as disposições anteriores, passando a relação entre os sócios a reger-se por este instrumento:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE LIMITADA "CONSTRUINDO LTDA - EPP"

CLÁUSULA 01 – Da Natureza Jurídica e Objeto da Sociedade

01.01. A sociedade é Empresária, revestindo a forma de Sociedade Limitada, regendo-se pelas cláusulas e condições do presente contrato, ainda pelas disposições dos arts. 1.052 e seguintes do Código Civil Brasileiro, Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 e, supletivamente, pelas normas que regem as sociedades anônimas, Lei federal número 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

01.02. A sociedade tem por objeto social a Perfuração e construção de poços de água (CNAE 43.99-1/05), Obras de alvenaria (CNAE 43.99-1/03), Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente, tais como: serviço de execução e benfeitoria em loteamentos (CNAE 42.99-5/99), Serviços especializados para construção não especificados anteriormente, tais como: concretagem de lajes, colunas e vigas (CNAE 43.99-1/99), Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita (CNAE 0161-0/03), Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente (CNAE 0161-0/99), Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente (CNAE 4319-3/00), Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica (CNAE 42.21-9/01), Captação, tratamento e distribuição de água (CNAE 36.00-6/01), obras de terraplanagem (CNAE 43.13-4/00), construção de edifícios (CNAE 41.20-4/00), obras de urbanização ruas, praças e calçadas (CNAE 42.13-8/00), construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas (CNAE 42.22-7/01), obras de irrigação (CNAE 42.22-7/02), instalação e manutenção elétrica (CNAE 43.21-5/00), instalações hidráulicas, sanitárias e de gás (CNAE 43.22-

05/08/2024



Certifico o Registro em 05/08/2024

Arquivamento 20248675877 de 05/08/2024 Protocolo 248675877 de 02/08/2024 NIRE 26201226601

Nome da empresa CONSTRUINDO LTDA EPP

Este documento pode ser verificado em <http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 63568212924843



3/01), serviços de engenharia (CNAE 71.12-0/00), serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03), aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador, exceto andaimes (CNAE 77.32-2/01), locação de mão de obra temporária (CNAE 78.20-5/00).

01.03. O objeto social da sociedade será exercido gradativamente, em conformidade com as suas disponibilidades econômicas e financeiras, e na medida em que possa a mesma ir atendendo às exigências da legislação aplicável ao exercício de cada uma das atividades que o compõem.

01.04. Mediante deliberação da maioria absoluta do capital social poderá a sociedade ampliar, reduzir ou modificar o seu objeto social.

CLÁUSULA 02 – Da Denominação Social e nome Fantasia

02.01. A sociedade atua e desenvolve as suas atividades sob a denominação social de **CONSTRUINDO LTDA - EPP**.

CLÁUSULA 03 – Da Sede

03.01. A sociedade tem sua sede Estrada dos Remédios, 1341, 1º andar, Afogados, Recife – PE, CEP: 50.750-360.

CLÁUSULA 04 – Do Prazo de Duração da Sociedade

04.01. O prazo de duração da sociedade é indeterminado, a sociedade iniciou suas atividades registrada na Junta Comercial do Estado de Pernambuco sob o NIRE nº 26201226601 em 27/04/2000.

CLÁUSULA 05 – Da Distribuição do Capital Social

05.01. O capital social é de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) equivalente a 2.500.000 (dois milhões e quinhentas mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, já subscrito e integralizado, em moeda corrente e legal do país, distribuídos entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	%	Quotas	Valor
GILSENOU LUIZ DE OLIVEIRA	93%	2.325.000	R\$ 2.325.000,00
FELIPE SAMPAIO PADILHA	5%	125.000	R\$ 125.000,00
ADILSON JOSÉ DE MORAIS	2%	50.000	R\$ 50.000,00
TOTAL	100%	2.500.000	R\$ 2.500.000,00

05.02. Na proporção das quotas que possuírem, terão os sócios direito à preferência para a subscrição de novas quotas, provenientes de aumento de capital, e para tanto deverão exercer o direito de preferência no prazo de 30 (trinta) dias que se seguem à fixação do aumento do capital social.

05/08/2024



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=tUg8RbSWUNzdTr3jIrew20&chave2=bivYHKotZXwAGXCKi4PdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 12449717404-ADILSON JOSE DE MORAIS | 75006677449-FELIPE SAMPAIO PADILHA | 12454494434-GILSENOU LUIZ DE OLIVEIRA

05.03. Nos termos do disposto no art. 1.052 do Código Civil Brasileiro, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, respondendo todos solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA 06 - Da Administração Social

06.01. A sociedade será administrada pelos sócios quotistas **GILSENOU LUIZ DE OLIVEIRA** e **FELIPE SAMPAIO PADILHA**, empossados e dispensados de prestar caução, praticando em conjunto e/ou individualmente, todos e quaisquer atos da administração da mesma e gerência da mesma, notadamente os seguintes: (a) a abertura, a movimentação e encerramento de contas bancárias de qualquer natureza; (b) a emissão, o aceite e o endosso de títulos de crédito de qualquer natureza; (c) a aquisição e a alienação de bens móveis; (d) a representação ativa e passiva da sociedade, tanto judicial como extra-judicial; e (e) a prática de todos os demais atos de gestão ordinária, necessários ao desenvolvimento dos negócios sociais, receber fatura/duplicatas, podendo para tanto, assinar, dar quitação e passar recibo. No exercício das suas atribuições, atuam os mesmos usando a denominação de “**ADMINISTRADORES**”.

CLÁUSULA 07 - Da Remuneração dos Administradores

07.01. Os administradores fazem jus a uma remuneração mensal, cujo valor é anualmente fixado em assembleia ou reunião de quotistas, obedecidos, sempre que os houver, os limites da legislação tributária federal.

CLÁUSULA 08 - Da Retirada, Falência, Exclusão, Interdição ou Falecimento de Sócio

08.01. A retirada, falência, incapacidade, insolvência e/ou exclusão de qualquer dos sócios não acarretará a dissolução da sociedade. Todavia será dissolvida a mesma se não for reconstituída a pluralidade de sócios no prazo de 180 (cento e oitenta) dias de que trata o art. 1.033, inciso IV, do Código Civil brasileiro.

08.02. A apuração do capital e haveres do sócio em qualquer das hipóteses, agora previstas no “caput” desta cláusula, será feita com base em balanço especial, que traduza a situação da sociedade no último dia do mês de calendário, imediatamente anterior ao da ocorrência do evento.

08.03. O balanço especial a que se refere o item anterior, deverá está concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, após a data da ocorrência do evento.

08.04. O pagamento do capital e haveres de que trata o item anterior, será feita em 24 (vinte e quatro) prestações mensais, sucessivas e iguais, a primeira delas no ato da aprovação do balanço especial, por parte dos quotistas, e as demais em iguais dias dos meses de calendário subsequentes ao do pagamento da primeira, acrescida de juros remuneratórios à taxa de 1% (um por cento) ao mês. O termo inicial para a afluência dos juros, é o mês de calendário a que se referir o balanço especial.

05/08/2024



Certifico o Registro em 05/08/2024

Arquivamento 20248675877 de 05/08/2024 Protocolo 248675877 de 02/08/2024 NIRE 26201226601

Nome da empresa CONSTRUHINDO LTDA EPP

Este documento pode ser verificado em <http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 63568212924843



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=tUg8RbSWUNzdtR3jIrew20&chave2=bivYHkOtZXwAGXckI4PdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 12449717404-ADILSON JOSE DE MORAIS|75006677449-FELIPE SAMPAIO PADILHA|12454494434-GILSENOU LUIZ DE OLIVEIRA

08.05. Em caso de morte, ou interdição de qualquer um dos sócios, é facultado ao cônjuge e herdeiros necessários do sócio falecido ou interditado, substituí-lo na sociedade, na proporção das quotas que couber a cada um, de acordo com partilha realizada em processo de inventário, sendo certo que, enquanto não concluído o processo de inventário, o direito de voto correspondente às quotas do falecido, será exercido pelo inventariante nomeado no processo de inventário. Preferindo o cônjuge ou qualquer dos herdeiros necessários do sócio falecido ou interditado, o recebimento do valor das quotas com respectivos haveres e interesses sociais, conforme a parte que lhe couber no inventário, serão pagos de conformidade com o acima exposto.

CLÁUSULA 09 - Da Cessão de Quotas

09.01. As quotas não poderão em hipótese alguma, ser transferidas para terceiros, sem o prévio consentimento dos demais sócios quotistas, consentimento esse, que somente admite a forma escrita. Os sócios, em primeiro lugar, na proporção das quotas integralizadas, que detiverem na sociedade, terão preferência em igualdade de condições, para adquirir as quotas do sócio cedente.

Parágrafo Primeiro: O direito de preferência estabelecido no “caput” desta cláusula deverá ser exercido no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que, por escrito, o sócio cedente comunicar a sua intenção de ceder ou transferir as quotas. Decorrido o prazo e não exercida a preferência à aquisição, será lícito ao sócio cedente, retirar-se da sociedade, cedendo suas quotas a terceiros.

Parágrafo Segundo: Será de todo inválida em relação à sociedade e em relação aos demais sócios quotistas, qualquer cessão ou transferência de quotas, também a promessa de realização desses atos, que impliquem em violação às regras desta cláusula.

Parágrafo Terceiro: No caso de cessão total ou parcial de quotas, o cedente responde solidariamente com o cessionário perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio, até 2 anos depois de averbada a alteração contratual.

CLÁUSULA 10 - Da Constituição de Procuradores

10.01. A Sociedade poderá constituir Procuradores sempre que as circunstâncias e os interesses maiores dos negócios sociais assim o recomendem. Da Procuração deverá constar, necessariamente, a especialização dos atos e operações a serem praticados pelo Mandatário e o prazo de validade do Mandato, que poderá ser indeterminado.

10.02. A outorga de Procuração para o foro em geral, portanto com a Cláusula "Ad Judicia", será válida para toda a demanda e para todas as instâncias, e independerá de especialização da demanda e/ou atos a serem praticados, ressalvadas, quanto aos poderes, às especializações exigidas por Lei.

10.03. Também para a representação da Sociedade em Juízo na forma do disposto no art. 12, inciso VI, do Código de Processo Civil, inclusive prestação de

05/08/2024



Certifico o Registro em 05/08/2024

Arquivamento 20248675877 de 05/08/2024 Protocolo 248675877 de 02/08/2024 NIRE 26201226601

Nome da empresa CONSTRUHINDO LTDA EPP

Este documento pode ser verificado em <http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 63568212924843



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=tUg8RbSWUNzdtR3jIrew20&chave2=bivYHkOtZXwAGXCKi4PdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 12449717404-ADILSON JOSE DE MORAIS | 75006677449-FELIPE SAMPAIO PADILHA | 12454494434-GILSON LUIZ DE OLIVEIRA

depoimento pessoal em Audiência sempre que se exigir o de representante legal da Sociedade, ainda para as audiências, conciliações e transação de que tratam os artigos 277 e seus parágrafos, 331 e seu parágrafo primeiro, e 447 a 449, todos do Código de Processo Civil, assim como para confessar, acordar, discordar, transigir, desistir, reconhecer a procedência do pedido e renunciar ao direito sobre que se funda a ação, poderá a Sociedade constituir Procuradores.

CLÁUSULA 11 - Do Exercício Social, Balanço, Lucros e Prejuízos

11.01. O exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se, portanto, no dia 1º (primeiro) de janeiro de cada ano, e terminando no dia 31 (trinta e um) de dezembro. (art. 1.065, CC/2002).

11.02. O Balanço patrimonial e elaboração do inventário da sociedade serão levantados anualmente, no 31 (trinta e um) de dezembro, o balanço do resultado econômico poderá ser levantado ao final de qualquer período do ano, devendo estar formalmente concluído no prazo assinalado pela Legislação, a sociedade poderá levantar demonstrações financeiras intermediárias, e a distribuição dos lucros apurados, de forma proporcional ou não proporcional à participação de cada sócio, sendo necessário que na forma não proporcional, haja a provação de 100% dos sócios, observadas as limitações legais, e ainda distribuir lucros com base nos lucros acumulados ou reservas de lucros constantes do último balanço patrimonial.

11.03. O lucros e/ou prejuízos apurados em balanço a ser realizado após o término do exercício social serão distribuídos entre os sócios, proporcionalmente as quotas de capital de cada um. Podendo os sócios, todavia, optarem por sua manutenção em reservas, promoverem aumento do capital social utilizando os lucros ou pela compensação dos prejuízos.

CLÁUSULA 12 – Das Deliberações Sociais

12.01. As Deliberações Sociais serão tomadas em reuniões de sócios, com observância do disposto nos Arts. 1.010 e 1.076 do Código Civil Brasileiro, devendo para isto nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, serem convocados os sócios que deliberarão sobre as contas e poderão quando assim acharem conveniente, deliberarem sobre modificação do contrato social; incorporação, fusão ou dissolução da sociedade; designação ou destituição de administradores; remuneração dos administradores; impetração de concordata e aprovação das contas da administração. devendo estas deliberações ser consignadas em ata.

Parágrafo Primeiro: Os sócios quotistas convocados, através de convocação por escrito com a declaração de ciência de cada sócio, conforme disposto no art. 1072 parágrafo único do Código Civil Brasileiro, reunir-se-ão ordinariamente dentro dos quatro (4) primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, quando seja necessário, com o quorum mínimo de 3/4 do capital social, em segunda convocação, uma hora após, com qualquer número.

05/08/2024



Certifico o Registro em 05/08/2024

Arquivamento 20248675877 de 05/08/2024 Protocolo 248675877 de 02/08/2024 NIRE 26201226601

Nome da empresa CONSTRUHINDO LTDA EPP

Este documento pode ser verificado em <http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 63568212924843



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=tUq8RbSWUNzdTr3jIrew20&chave2=bivYHkOtZxwAGXCKi4PdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 12449717404-ADILSON JOSE DE MORAIS | 75006677449-FELIPE SAMPAIO PADILHA | 12454494434-GILSON LUIZ DE OLIVEIRA

Parágrafo Segundo: A reunião de sócios terá por objetivo, tomar as contas dos administradores, analisar O Balanço Patrimonial, o balanço do resultado econômico, dispensando assim a publicação do balanço e suas demonstrações financeiras. Tratar ainda de qualquer outro assunto de acordo com o que estabelece o artigo 1.068 do Código Civil.

CLÁUSULA 13 - Das Restrições ao Uso da Denominação Social

13.01. É defeso o uso do nome empresarial, em negócios estranhos ou alheios aos interesses da sociedade. Igualmente proibidas são as prestações de fianças, avais e/ou garantias outras de qualquer natureza, em nome da sociedade, e/ou dos sócios, em favor de terceiros, exceto quando comprovadamente, houver interesse da sociedade na prestação da garantia, hipótese em que, será necessária a participação da totalidade ou maioria dos sócios quotistas na prática do ato.

CLÁUSULA 14- Estipulações Finais e Foro de Eleição

14.01. Os sócios se obrigam por si e seus sucessores, a qualquer título e em todo tempo, a fazer o presente contrato sempre bom, firme e valioso, em juízo ou fora dele, e em todo tempo, elegendo o foro da cidade e comarca de Recife, no Estado de Pernambuco, como o único competente para conhecer, apreciar e decidir, sob quaisquer circunstâncias, todas as questões que digam respeito ao seu cumprimento, validade e execução.

CLÁUSULA 15 - Da Dissolução da Sociedade

15.01. A sociedade se dissolverá pela vontade dos sócios que detenham, a época, a maioria do capital social, ou nos casos previstos em Lei, competindo aos sócios elegerem o liquidante, e ditar-lhes a forma de liquidação. Não havendo consenso, o processo de liquidação será remetido a Juízo.

CLÁUSULA 16 - Da Alteração do Contrato Social

16.01 O Contrato Social poderá ser modificado no todo ou em parte, obedecendo-se, para tanto, o disposto na anterior clausula 13^a.

16.02. Os instrumentos de alteração contratual independerão da assinatura de todos os sócios, podendo, assim, serem levados a Registro contando apenas com a assinatura da maioria do Capital Social.

16.03 Assiste ao sócio que divergir da alteração do Contrato Social, a faculdade de se retirar da Sociedade. Verificada a hipótese, os haveres do sócio dissidente serão apurados na forma estabelecida neste Contrato.

05/08/2024



Certifico o Registro em 05/08/2024

Arquivamento 20248675877 de 05/08/2024 Protocolo 248675877 de 02/08/2024 NIRE 26201226601

Nome da empresa CONSTRUHINDO LTDA EPP

Este documento pode ser verificado em <http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 63568212924843



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=tUg8BdSWmZdTr3jIrew20&chave2=bivYHKotZXwAGXckI4PdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 12449717404-ADILSON JOSE DE MORAIS | 75006677449-FELIPE SAMPAIO PADILHA | 12454494434-GILSENOU LUIZ DE OLIVEIRA

CLÁUSULA 17 – Da Declaração de Desimpedimento

17.01. Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (**art. 1.011, § 1º, CC/2002**).

CLÁUSULA 18 – Dos Casos Omissos

18.01. Os casos omissos no presente Contrato, serão resolvidos pela ordem, com base nos dispositivos da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, e supletivamente nas disposições da Lei Federal número 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e normas outras pertinentes a matéria societária, que lhes possam ser aplicável.

E por estarem assim justos e contratados, assinam todos os Outorgantes e reciprocamente Outorgados o presente instrumento em única via.

Recife, 15 de julho de 2024.

GILSENOU LUIZ DE OLIVEIRA

FELIPE SAMPAIO PADILHA

ADILSON JOSE DE MORAIS

05/08/2024



Certifico o Registro em 05/08/2024

Arquivamento 20248675877 de 05/08/2024 Protocolo 248675877 de 02/08/2024 NIRE 26201226601

Nome da empresa CONSTRUHINDO LTDA EPP

Este documento pode ser verificado em <http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 63568212924843



248675877

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	CONSTRUHINDO LTDA EPP
PROTOCOLO	248675877 - 02/08/2024
ATO	002 - ALTERAÇÃO
EVENTO	021 - ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 26201226601
CNPJ 03.780.670/0001-66
CERTIFICO O REGISTRO EM 05/08/2024
SOB N: 20248675877

EVENTOS

051 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20248675877

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 12449717404 - ADILSON JOSE DE MORAIS - Assinado em 02/08/2024 às 15:05:21

Cpf: 12454494434 - GILSENOU LUIZ DE OLIVEIRA - Assinado em 02/08/2024 às 10:58:07

Cpf: 75006677449 - FELIPE SAMPAIO PADILHA - Assinado em 02/08/2024 às 11:42:29

Assinado eletronicamente por
JESSICA CAROLINE DAS CHAGAS MORAES
SECRETÁRIA GERAL

05/08/2024